

Brasil PCH S.A. e Controladas

Informações Financeiras Intermediárias
Individuais e Consolidadas Referentes
ao Período de Seis Meses Findo em
30 de Junho de 2020 e Relatório
do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da
Brasil PCH S.A.
Belo Horizonte - MG

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Brasil PCH S.A. ("Companhia"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas referidas anteriormente não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Ênfases

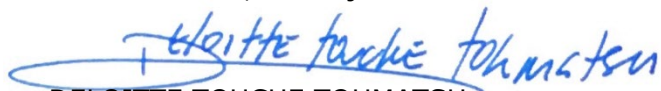
Depreciação dos bens do ativo imobilizado destinados à geração de energia elétrica no regime de produção independente

Conforme mencionado na nota explicativa nº 10.a) às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, os bens do imobilizado da atividade de geração de energia no regime de produção independente são depreciados pelo seu prazo estimado de vida útil, considerando os fatos e as circunstâncias que estão mencionados na referida nota explicativa. À medida em que novas informações ou decisões do órgão regulador ou do poder concedente sejam conhecidas, o atual prazo de depreciação desses ativos poderá ou não ser alterado. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Reapresentação dos valores correspondentes a 30 de junho de 2020

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 às informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, os valores correspondentes relativos às demonstrações do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido correspondentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Belo Horizonte, 31 de julho de 2020



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" MG



Daniel de Carvalho Primo
Contador
CRC nº MG 076441/O-9

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

BALANÇO PATRIMONIAL EM 30 DE JUNHO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVOS	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVOS E PATRIMONIO LIQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19			30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
ATIVOS CIRCULANTES						PASSIVOS CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	5	62.571	-	74.635	8	Fornecedores		71	291	1.507	795
Aplicações financeiras	6	16.020	134.978	59.644	155.550	Debêntures	12	104.188	122.117	104.188	122.117
Contas a receber de clientes		-	-	50.577	36.664	Obrigações trabalhistas e previdenciárias		-	159	181	1.597
Dividendos a receber	8 (c) e 9	292.786	289.486	-	-	Impostos e contribuições a recolher		8	8	2.968	2.120
Impostos a recuperar		2.465	4.131	6.081	7.246	Provisão para férias e 13º salário		-	-	2.565	1.717
Despesas antecipadas	7	-	40	94	12.339	Receita diferida	14	-	-	8.407	51.246
Outros ativos circulantes		73	300	2.196	117	Instrumentos financeiros derivativos	12	17.377	6.304	17.377	6.304
Total dos ativos circulantes		<u>373.915</u>	<u>428.935</u>	<u>193.227</u>	<u>211.924</u>	Provisão para contrato oneroso	16	16.964	11.624	16.964	11.624
						Provisões para compromissos futuros	13	-	-	1.936	4.377
ATIVOS NÃO CIRCULANTES						Passivo de arrendamento		519	498	519	498
Impostos e contribuições diferidas	20	-	-	436	3.457	Outros passivos		-	-	4	1
Impostos a recuperar		3.229	4.561	3.437	4.932	Total dos passivos circulantes		<u>139.127</u>	<u>141.001</u>	<u>156.616</u>	<u>202.396</u>
Depósitos judiciais		1.972	1.866	11.685	12.449						
Outros ativos não circulante		-	-	287	287	PASSIVOS NÃO CIRCULANTES					
Investimentos em controladas	8	793.272	732.036	-	-	Debêntures	12	730.861	766.192	730.861	766.192
Imobilizado	10	1.030	1.207	1.006.394	1.018.971	Instrumentos financeiros derivativos	12	68.184	75.260	68.184	75.260
Intangível	11	<u>10</u>	<u>12</u>	<u>16.446</u>	<u>16.335</u>	Provisão para contrato oneroso	16	10.620	13.911	10.620	13.911
Total dos ativos não circulantes		799.513	739.682	1.038.685	1.056.431	Provisões para compromissos futuros	13	-	-	39.852	36.871
						Passivo de arrendamento		464	714	464	714
						Provisões para riscos	15	<u>2.261</u>	<u>2.124</u>	<u>3.404</u>	<u>3.596</u>
						Total dos passivos não circulantes		812.390	858.201	853.385	896.544
						Total dos passivos		<u>951.517</u>	<u>999.202</u>	<u>1.010.001</u>	<u>1.098.940</u>
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17				
						Capital social		109.032	109.032	109.032	109.032
						Reservas de lucros		178.999	124.750	178.999	124.750
						Ajuste de avaliação patrimonial		<u>(66.120)</u>	<u>(64.367)</u>	<u>(66.120)</u>	<u>(64.367)</u>
								221.911	169.415	221.911	169.415
TOTAL DOS ATIVOS		<u>1.173.428</u>	<u>1.168.617</u>	<u>1.231.912</u>	<u>1.268.355</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.173.428</u>	<u>1.168.617</u>	<u>1.231.912</u>	<u>1.268.355</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto o lucro por ação)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/20	30/06/19	30/06/20	30/06/19
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS	18	-	-	267.742	205.338
CUSTOS DAS VENDAS DE ENERGIA					
Custos com depreciação e amortização	10 e 11	-	-	(18.502)	(18.022)
Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	7	-	-	(11.375)	(10.033)
Custos com pessoal		-	-	(7.180)	(7.278)
Custos com manutenção		-	-	(4.273)	(4.095)
Tarifa de uso dos sistemas elétricos de distribuição (TUSD)		-	-	(3.587)	(3.090)
Custos com seguros		-	-	(942)	(938)
Custos com operação		-	-	(1.034)	(852)
Taxas setoriais		-	-	(244)	(457)
Custos com meio ambiente		-	-	(89)	(183)
Outros custos		-	-	(92)	(50)
Total do custo das vendas de energia		-	-	(47.318)	(44.998)
LUCRO BRUTO		-	-	220.424	160.340
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)					
Despesas com pessoal e administradores		(596)	(318)	(4.616)	(4.240)
Administrativas e gerais		(789)	(60)	(3.100)	(1.226)
Depreciação e amortização	10 e 11	(8)	(16)	(9)	(18)
Reversão com contrato oneroso	16	(7.397)	4.766	(7.397)	4.766
Outras despesas operacionais		-	(173)	1	(1.011)
Resultado na alienação de ativos		-	-	(113)	(8)
		(8.790)	4.199	(15.234)	(1.737)
Resultado de equivalência patrimonial	8	205.182	149.011	-	-
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E IMPOSTOS		196.392	153.210	205.190	158.603
Despesas financeiras	19	(40.821)	(61.019)	(41.524)	(61.575)
Receitas financeiras	19	1.622	5.162	2.096	7.529
Total do resultado financeiro		(39.199)	(55.857)	(39.428)	(54.046)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		157.193	97.353	165.762	104.557
Corrente	20	-	-	(7.186)	(5.718)
Diferido	20	-	-	(1.383)	(1.486)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		-	-	(8.569)	(7.204)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		157.193	97.353	157.193	97.353
LUCRO BÁSICO E DILUÍDO POR AÇÃO ORDINÁRIA - R\$		1,67	1,03		
QUANTIDADE MÉDIA PONDERADA DE AÇÕES		94.187.831	94.187.831		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	<u>30/06/20</u>	<u>30/06/19</u>	<u>30/06/20</u>	<u>30/06/19</u>
	Reapresentado		Reapresentado	
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	157.193	97.353	157.193	97.353
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado:				
Perda de valor justo de instrumentos de hedge durante o período	(1.753)	(20.070)	(1.753)	(20.070)
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>155.440</u>	<u>77.283</u>	<u>155.440</u>	<u>77.283</u>

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)**

Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros			Lucros acumulados controladora	Ajuste de avaliação patrimonial	Total do Patrimônio Líquido
		Reserva legal	Lucros retidos	Dividendos adicionais propostos			
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018	109.032	21.806	-	53.998	-	(32.182)	152.654
Dividendos adicionais aprovados (R\$0,57 por ação)	17 (c)	-	-	(53.998)	-	-	(53.998)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	97.353	-	97.353
Destinações:							
Dividendos adicionais propostos (R\$1,03 por ação)	17 (c)	-	-	97.353	(97.353)	-	-
Valor justo em "Hedge" de fluxo de caixa	2	-	-	-	-	(20.070)	(20.070)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2019 - REAPRESENTADO	109.032	21.806	-	97.353	-	(52.252)	175.939
							-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	109.032	21.806	-	102.944		(64.367)	169.415
Dividendos adicionais aprovados (R\$1,09 por ação)	17 (c)	-	-	(102.944)	-	-	(102.944)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	157.193	-	157.193
Destinações:							
Dividendos adicionais propostos (R\$1,67 por ação)	17 (c)	-	-	157.193	(157.193)	-	-
Valor justo em "Hedge" de fluxo de caixa	-	-	-	-	-	(1.753)	(1.753)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2020	109.032	21.806	-	157.193	-	(66.120)	221.911

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		30/06/20	30/06/19	30/06/20	30/06/19
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		157.193	97.353	165.762	104.557
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:					
Resultado na baixa de ativo imobilizado e intangível		-	-	113	8
Juros e atualizações monetárias sobre debêntures	19	32.406	48.494	32.406	48.494
Atualização financeira sobre depósitos judiciais	19	-	-	(63)	(171)
Reversão de atualização sobre depósitos judiciais		-	-	249	-
Atualização financeira sobre aplicações financeiras	19	(1.583)	(114)	(1.990)	(114)
Atualização financeira sobre compromissos futuros	13 e 19	-	-	203	468
Atualização financeira sobre contratos de aluguel		12	3	12	3
Depreciação e amortização	10 e 11	8	16	18.511	18.040
Equivalência patrimonial	8	(205.182)	(149.011)	-	-
Amortização prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)	7	-	-	11.375	10.033
Apropriação de receita diferida	14	-	-	(50.396)	12.887
Constituição do ajuste MRE e garantia física		-	-	5.499	(61.131)
PIS e COFINS diferido sobre ajuste MRE e garantia física	20	-	-	1.639	1.761
(Reversão) constituição da provisão para contrato oneroso	16	7.397	(4.766)	7.397	(4.766)
Provisão para "SWAP"	19	7.603	11.665	7.603	11.665
Custo de transação de Debêntures	19	669	669	669	669
Provisão para riscos	15	137	179	(192)	165
Variações nos ativos e passivos:		-	-	-	-
Contas a receber de clientes		-	-	(13.913)	13.660
Impostos a recuperar		2.998	910	2.660	1.460
Despesas antecipadas		40	(60)	872	779
Outros ativos		227	333	(21)	(41)
Fornecedores		(220)	127	160	985
Obrigações trabalhistas e previdenciárias		(159)	-	(1.415)	(436)
Impostos e contribuições a recolher		-	-	(4.478)	(4.100)
Provisão de férias e 13º salário		-	-	848	757
Pagamento contrato oneroso	16	(5.348)	(5.172)	(5.348)	(5.172)
Pagamento compromissos futuros	13	-	-	(1.527)	(787)
Outros passivos		-	(706)	3	(834)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) operações		(3.802)	(80)	176.638	148.839
Outros fluxos de caixa das atividades operacionais:					
Dividendos recebidos	8	140.646	181.870	-	-
Juros pagos sobre debêntures	12	(31.002)	(43.262)	(31.002)	(43.262)
Imposto de renda e contribuição social pagos no período		-	-	(1.960)	(1.686)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		105.842	138.528	143.676	103.891
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Resgate de aplicações em fundos de investimentos e contas vinculadas		120.542	94.932	97.896	94.932
Depósitos judiciais		(107)	(165)	(163)	238
Aquisição de ativo imobilizado e intangível		(69)	-	(8.145)	(1.929)
Indenização do sinistro do ativo imobilizado		-	-	5.000	-
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		120.366	94.767	94.588	93.241
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS					
Pagamento de instrumentos financeiros derivativos		(5.360)	-	(5.360)	-
Dividendos pagos	17	(102.944)	(71.997)	(102.944)	(71.997)
Pagamento de principal - debentures	12	(55.333)	-	(55.333)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos		(163.637)	(71.997)	(163.637)	(71.997)
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		62.571	161.298	74.627	125.135
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
No início do exercício	5	-	4.168	8	63.667
No fim do exercício	5	62.571	165.466	74.635	188.802
AUMENTO (REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		62.571	161.298	74.627	125.135

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

BRASIL PCH S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

PARA O PERÍODO DE SEIS MESES FINDO EM 30 DE JUNHO DE 2020

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Brasil PCH S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Brasil PCH"), constituída em 23 de março de 2005, iniciou suas operações em 4 de abril de 2006, por meio da PCHPAR – PCH Participações S.A., participando com 100% de 13 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs, em conjunto com sua controladora denominada de "Grupo Brasil PCH" ou "Grupo"), com 291,5 MW de potência instalada, autorizadas pela ANEEL pelo período de 30 anos.

A Companhia tem como objeto social qualquer atividade relacionada à administração, construção, planejamento, operação, manutenção e ao desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica renovável por meio de PCHs, observando a estrutura prevista em acordo de acionistas, além de participação em outras companhias, sociedades ou consórcios, como acionista, sócia ou consorciada.

A comercialização da energia gerada pelas 13 controladas indiretas se dá por meio de contratos de compra e venda com prazo de 20 anos, a contar da data de operação comercial, firmados entre essas empresas e a Centrais Elétricas Brasileiras (ELETROBRAS) no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). Por tal contrato, a ELETROBRAS adquire a totalidade da energia produzida e representa as empresas perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE).

Segue-se um resumo informativo das 13 PCHs:

- Funil Energia S.A. ("Funil")

A PCH Funil está localizada no rio Guanhães, no Município de Dolores do Guanhães (MG). Tem capacidade instalada de 22,5 MW e garantia física de 14,54 MWm. Iniciou sua operação comercial em 5 de março de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

- São Joaquim Energia S.A. ("São Joaquim")

A PCH São Joaquim está localizada no rio Benevente, no Município de Alfredo Chaves (ES). Tem capacidade instalada de 21 MW e garantia física de 13,28 MWm. Iniciou sua operação comercial em 17 de abril de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de outubro de 2030.

- Santa Fé Energética S.A. ("Santa Fé")

A PCH Santa Fé I está localizada no rio Paraibuna, no Município de Três Rios (RJ). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 26,10 MWm. Iniciou sua operação comercial em 9 de maio de 2008 e o término de sua autorização se dará em 5 de novembro de 2032.

- Carangola Energia S.A. ("Carangola")

A PCH Carangola está localizada no rio Carangola, no Município de Carangola (MG). Tem capacidade instalada de 15 MW e garantia física de 9,57 MWm. Iniciou sua operação comercial em 25 de junho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 22 de dezembro de 2029.

- Jataí Energética S.A. ("Jataí")

A PCH Jataí está localizada no rio Claro, no Município de Jataí (GO). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 20,35 MWm. Iniciou sua operação comercial em 30 de julho de 2008 e o término de sua autorização se dará em 18 de dezembro de 2032. Em 14 de junho de 2012 foi publicada a Portaria MME nº 38, revisando o valor da garantia física da PCH de 19,25 MWm para os atuais 20,35 MWm, passando esse montante a vigor a partir de 14 de junho de 2012.

- Bonfante Energética S.A. ("Bonfante")

A PCH Bonfante está localizada no rio Paraibuna, no município de Simão Pereira (MG). Tem capacidade instalada de 19 MW e garantia física de 13,48 MWm. Iniciou sua operação comercial em 2 de agosto de 2008 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

- Irara Energética S.A. ("Irara")

A PCH Irara está localizada no rio Doce, no Município de Jataí (GO). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 18,21 MWm. Iniciou sua operação comercial em 6 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 24 de setembro de 2032.

- Calheiros Energia S.A. ("Calheiros")

A PCH Calheiros está localizada no rio Itabapoana, no Município de Bom Jesus do Itabapoana (RJ). Tem capacidade instalada de 19,5 MW e garantia física de 10,92 MWm. Iniciou sua operação comercial em 12 de setembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 13 de janeiro de 2030.

- Caparaó Energia S.A. ("Caparaó" ou "Fumaça IV")

A PCH Fumaça IV está localizada no rio Preto, no Município de Dorcas do Rio Preto (ES). Tem capacidade instalada de 4,5 MW e garantia física de 2,61 MWm. Iniciou sua operação comercial em 30 de dezembro de 2008 e o término de sua autorização se dará em 29 de dezembro de 2029.

- Monte Serrat Energética S.A. ("Monte Serrat")

A PCH Monte Serrat está localizada no rio Paraibuna, no Município de Comendador Levy Gasparian (RJ). Tem capacidade instalada de 25 MW e garantia física de 18,28 MWm. Iniciou sua operação comercial em 13 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 27 de agosto de 2031.

- São Simão Energia S.A. ("São Simão")

A PCH São Simão está localizada no rio Itapemirim, no Município de Alegre (ES). Tem capacidade instalada de 27 MW e garantia física de 15,20 MWm. Iniciou sua operação comercial em 17 de fevereiro de 2009 e o término de sua autorização se dará em 22 de março de 2031.

- São Pedro Energia S.A. ("São Pedro")

A PCH São Pedro está localizada no rio Jucu Braço Norte, no Município de Domingos Martins (ES). Tem capacidade instalada de 30 MW e garantia física de 18,41 MWm. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 18 de novembro de 2033.

- Retiro Velho Energética S.A. ("Retiro Velho")

A PCH Retiro Velho está localizada no rio da Prata, no Município de Aporé (GO). Tem capacidade instalada de 18 MW e garantia física de 13,15 MWm. Iniciou sua operação comercial em 16 de junho de 2009 e o término de sua autorização se dará em 12 de novembro de 2032. Em 10 de maio de 2012 foi publicada a Portaria MME nº 28, revisando o valor da Garantia Física da PCH de 11,06 para os atuais 13,15 MWm, passando esse montante a vigor a partir de 10 de maio de 2012.

As informações sobre capacidade instalada e em operação e energia anual assegurada das controladas da Brasil PCH, não foram revisadas pelos auditores independentes.

Essas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, divulgadas em 04 de março de 2020.

1.1. Mecanismo de Realocação de Energia – MRE – Consolidado

Durante o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020, a Eletrobrás emitiu comunicado informando os descontos de R\$12.291 referente aos ajustes do Mecanismo de Realocação de Energia ("MRE"). Os valores estão sendo descontados dos faturamentos das PCHs do Grupo em parcelas mensais (1/12 avos mensais) de janeiro a dezembro de 2020.

1.2. Repactuação do risco hidrológico – RRH - Consolidado

O governo sancionou a Lei 13.203/2015 e a ANEEL a Resolução Normativa 684/2015 que tratam da repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica para os agentes participantes do MRE, com efeito iniciando em 2015. A Companhia aderiu à repactuação do risco hidrológico referente à todas as PCHs da Brasil PCH, fazendo opção pela transferência integral do risco hidrológico (SP100) ao consumidor. Neste produto, o gerador transfere integralmente o risco hidrológico inerente aos contratos regulados mediante pagamento de prêmio de risco de R\$12,45/MWh (data-base de janeiro de 2020 anualmente atualizado pelo IPCA) até o final dos contratos de venda de energia.

O montante da exposição ao contrato repactuado, líquido do prêmio na data-base de 31 de dezembro de 2019, era de R\$11.375 (vide nota explicativa nº 7). Este montante foi reconhecido no ativo como despesa paga antecipada e foi apropriado ao resultado na rubrica "Prêmio de risco (repactuação do risco hidrológico)" até junho de 2020. Ressalta-se que a partir da referida data, os montantes referentes ao prêmio de seguro serão descontados do faturamento mensal da Companhia.

A partir de julho de 2020, a Eletrobrás passará a descontar o valor do prêmio de repactuação mensalmente, no momento do pagamento da primeira parcela da fatura no seu respectivo vencimento.

1.3. Revisão da garantia física

Em 23 de junho de 2015, o Tribunal Regional Federal da 1ª Região julgou procedente o pedido da ABRAGEL de suspensão das portarias do MME que reduziram a garantia física das centrais não despachadas no período de 2010 a 2015, com base no artigo 6º, incisos I e II da Portaria MME nº 463/2009. O Ministério Minas e Energia ("MME") restabeleceu, por meio da Portaria 267/2015, as garantias físicas das PCHs aos seus montantes originais, bem como suspendeu o mecanismo automático de revisão extraordinária de garantia física previsto para todas as PCHs da Brasil PCH, com exceção da PCH Funil.

Em 23 novembro de 2015, a Funil obteve decisão liminar restabelecendo, por meio da Portaria MME 383/2015, o montante original de sua garantia física.

Em 28 de junho 2019, foi proferida sentença favorável em 1ª instância da liminar obtida em junho de 2015 pela ABRAGEL, abrangendo 12 usinas da Companhia (exceto PCH Funil), onde o magistrado julgou procedente o pedido da autora de não sofrer revisões de garantia física "automática", conforme Portaria MME 463/2009, bem como anular as Portarias publicadas antes do pedido da referida liminar, retrocedendo seus efeitos e reestabelecendo a garantia física original dos empreendimentos. Adicionalmente, a sentença solicita que seja comunicado à CCEE a respectiva decisão para que a mesma promova a recontabilização de todo o período afetado, ajustando adequadamente as posições dos agentes afetados.

Em função das garantias físicas estarem vigentes em seus montantes originais devido a decisões liminares, os contratos PROINFA retornaram nos montantes originais de energia contratada.

Diante das decisões judiciais favoráveis conforme descrita acima, a Companhia, em junho de 2020, solicitou aos seus assessores jurídicos parecer específico sobre as 2 (duas) ações (PCH Funil e ABRAGEL) judiciais em curso, considerando também as jurisprudências recentes sobre o tema. Com base na análise efetuada pela Administração, suportada pela opinião de seus assessores jurídicos sobre as ações judiciais para questionar o procedimento automático de revisão extraordinária de garantia física na portaria MME 463/2009, a Companhia concluiu que os valores anteriormente reconhecidos como receita diferida deveriam ser apropriados ao resultado do período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 em contrapartida da rubrica "receita líquida", no montante de R\$44.411, uma vez que os critérios de reconhecimento de receita estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente foram atingidos.

1.4. Sinistro de São Joaquim

As unidades geradoras UG1 e UG2 da PCH São Joaquim ficaram indisponíveis nos dias 17 e 18 de janeiro de 2020.

Em razão das fortes chuvas na região do Município de Alfredo Chaves, Estado do Espírito Santo a Casa de Força foi inundada, resultando na interrupção da produção de energia elétrica. A São Joaquim tomou todas as medidas necessárias para os reparos e pronto restabelecimento da situação operacional das centrais geradoras.

A unidade geradora UG01 voltou a operar no dia 28 de abril de 2020 e a unidade geradora UG02 em 22 de maio de 2020, tendo a Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL autorizado por meio dos despachos Nº 1.228 e 1.491 a partir do dia 1 e 28 de maio de 2020, respectivamente, a operação comercial das unidades geradoras da PCH São Joaquim.

Importante mencionar que a Administração da Companhia já iniciou o processo de regulação junto à seguradora acerca do montante a ser indenizado referente ao sinistro envolvendo unidades geradoras UG01 e UG02 da PCH São Joaquim. Em 10 de Junho de 2020, a São Joaquim Energia S.A. recebeu o valor de R\$5.000 como primeiro adiantamento do sinistro. Este valor, juntamente com os efeitos da baixa dos ativos substituídos, no montante de R\$5.097, foram reconhecidos no resultado na rubrica de Resultado na alienação de ativos.

2. BASES DE ELABORAÇÃO, APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As informações financeiras intermediárias da Companhia compreendem as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas, identificadas como "Controladora" e "Consolidado", foram elaboradas e apresentadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das informações financeiras intermediárias e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

Reapresentação dos saldos contábeis

A Administração da Companhia identificou, durante a preparação das demonstrações financeiras correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que o registro contábil dos instrumentos financeiros derivativos (swap), contratados em 15 de outubro de 2018, junto ao banco Itaú, para proteção de fluxos de caixa da Companhia estavam sendo contabilizados incorretamente, sendo que o instrumento de proteção não estava sendo mensurado pelo valor justo.

Em função disso, a Companhia passou a reconhecer os efeitos da variação do valor justo do instrumento de proteção, que em 30 de junho de 2019 eram R\$52.252 (individual e consolidado), em outros resultados abrangentes em contrapartida a rubrica de instrumento financeiro derivativo, no passivo circulante e não circulante. As demonstrações do resultado abrangente e das mutações do patrimônio líquido correspondentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2019, apresentadas para fins de comparação, estão sendo reapresentadas, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As informações referentes às bases de elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações relevantes em relação àquelas divulgadas nas notas explicativas das demonstrações financeiras anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, que devem ser lidas em conjunto com essas informações financeiras intermediárias.

3. GERENCIAMENTO DE RISCO

A Companhia não realizou alterações significativas na forma e no gerenciamento de riscos em comparativo com as informações divulgadas nas demonstrações financeiras anuais, individuais e consolidadas, correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Tabela do risco de liquidez

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas e os prazos de amortização contratuais. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. À medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Grupo Brasil PCH deve quitar as respectivas obrigações.

<u>Controladora</u>	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 a 8 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	71	-	-	71
Debêntures	41.592	124.333	946.908	1.112.833
Instrumentos financeiros derivativos	4.500	18.080	126.817	149.397
Total	<u>46.163</u>	<u>142.413</u>	<u>1.073.725</u>	<u>1.262.301</u>

<u>Consolidado</u>	<u>De 1 a 3 meses</u>	<u>De 3 meses a 1 ano</u>	<u>De 1 a 8 anos</u>	<u>Total</u>
Fornecedores	1.507	-	-	1.507
Debêntures	41.592	124.333	946.908	1.112.833
Instrumentos financeiros derivativos	4.500	18.080	126.817	149.397
Outros passivos	4	-	-	4
Total	<u>47.603</u>	<u>142.413</u>	<u>1.073.725</u>	<u>1.263.741</u>

4. BASE DE CONSOLIDAÇÃO

As informações financeiras intermediárias consolidadas incluem as informações financeiras intermediárias da Companhia, da sua controlada direta PCHPAR – PCH Participações S.A. e as de suas controladas indiretas: Bonfante, Calheiros, Caparaó, Carangola, Funil, Irara, Jataí, Monte Serrat, Retiro Velho, Santa Fé, São Joaquim, São Pedro e São Simão; nas quais a participação no capital é de 100%.

Descrição dos principais procedimentos de consolidação:

- Eliminação da participação no capital, nas reservas e nos lucros acumulados das empresas controladas.
- Eliminação dos saldos das contas dos ativos, passivos, despesas e receitas entre as empresas consolidadas.

Nas informações financeiras intermediárias individuais da Companhia, os investimentos mantidos em suas controladas são reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
Bancos	-	-	12.064	8
Aplicações em Certificados de Depósitos Bancários	62.571	-	62.571	-
	<u>62.571</u>	<u>-</u>	<u>74.635</u>	<u>8</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata em Certificado de Depósito Bancário – CDB, junto ao Banco Itaú Unibanco e possuem risco insignificante de mudança de valor justo. São remuneradas por taxas de mercado que variam entre 99,5% a 102,00% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

6. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
Fundos de investimento em renda fixa (a)	16.020	134.978	59.644	155.550
	<u>16.020</u>	<u>134.978</u>	<u>59.644</u>	<u>155.550</u>

(a) Referem-se a aplicações financeiras de liquidez imediata em fundos abertos de renda fixa, junto ao Banco do Brasil e Banco Itaú Unibanco e são remuneradas a taxas de mercado que variam entre 61,47% a 96,30% do CDI. Referidas aplicações financeiras não atendem todos os requisitos para classificação como equivalentes de caixa.

7. DESPESAS ANTECIPADAS

Estão registradas as despesas pagas antecipadamente, ainda não apropriadas, tais como: prêmios de seguros e repactuação do risco hidrológico.

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
Prêmio de seguros (a)	-	40	94	964
Prêmio de repactuação risco hidrológico (b)	-	-	-	11.375
Total	<u>-</u>	<u>40</u>	<u>94</u>	<u>12.339</u>

(a) Refere-se a prêmios de seguros pagos por contratação de apólices de seguros e são reconhecidos no resultado do exercício mensalmente pelo prazo de vigência de cada uma das apólices.

(b) Refere-se ao valor de repactuação do risco hidrológico já descontado da ELETROBRAS a ser apropriado no período de janeiro a junho de 2020 (vide notas explicativas nº 1.2).

8. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

Conforme nota explicativa nº 1, a Companhia detém o controle individual com 100% de participação da PCHPAR - PCH Participações S.A. que, por sua vez, controla individualmente, com 100% de participação, as 13 PCHs.

Movimentação dos saldos

	<u>30/06/20</u>	<u>30/06/19</u>
No início do exercício	732.036	770.714
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	(143.946)	(197.283)
Equivalência patrimonial	<u>205.182</u>	<u>149.011</u>
No fim do exercício	<u>793.272</u>	<u>722.442</u>

(a) Informações da controlada direta

Os principais saldos patrimoniais da PCHPAR - PCH Participações S.A. em 2020 e 2019 são apresentados como segue:

	<u>30/06/20</u>	<u>31/12/19</u>
Ativos circulantes	247.129	240.845
Ativos não circulante	839.066	780.772
Investimentos	838.858	780.401
Outros	208	371
Passivos circulantes	292.786	289.488
Passivos não circulante	137	93
Patrimônio líquido	<u>793.272</u>	<u>732.036</u>
Quantidade de ações	<u>377.645.430</u>	<u>377.645.430</u>

Os principais saldos de resultado da PCHPAR - PCH Participações S.A. em 2020 e 2019 são apresentados como segue:

	<u>30/06/20</u>	<u>30/06/19</u>
Lucro antes do resultado financeiro	205.341	148.988
Lucro antes do imposto de renda	<u>205.182</u>	<u>149.012</u>
Lucro líquido	<u>205.182</u>	<u>149.011</u>

(b) Informações das controladas indiretas

Os principais saldos patrimoniais das controladas indiretas em 2020 e 2019 são apresentados como segue:

	30/06/20				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	7.196	75.557	15.288	2.649	64.816
Calheiros	5.701	60.737	18.227	1.268	46.943
Caparaó	2.459	20.078	3.213	719	18.605
Carangola	4.995	45.828	17.179	1.320	32.324
Funil	7.322	64.428	13.270	290	58.190
Irara	9.540	99.779	27.493	8.114	73.712
Jatai	10.782	94.894	31.732	2.440	71.504
Monte Serrat	9.813	106.679	22.011	4.424	90.057
Retiro Velho	7.082	90.109	17.171	947	79.073
Santa Fé	14.357	123.096	27.301	15.683	94.469
São Joaquim	14.123	62.529	28.596	1.494	46.562
São Pedro	10.070	104.676	17.309	1.089	96.348
São Simão	7.852	83.850	25.025	422	66.255
Total	<u>111.292</u>	<u>1.032.240</u>	<u>263.815</u>	<u>40.859</u>	<u>838.858</u>
	31/12/19				
	Ativos circulantes	Ativos não circulantes	Passivos circulantes	Passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Bonfante	4.975	77.425	28.236	2.420	51.744
Calheiros	3.919	61.956	18.763	1.267	45.845
Caparaó	1.007	20.654	4.644	798	16.219
Carangola	3.495	46.781	16.825	1.360	32.091
Funil	4.444	66.343	24.322	296	46.169
Irara	7.265	101.703	28.238	8.212	72.518
Jatai	8.020	94.433	31.845	96	70.512
Monte Serrat	7.119	108.826	28.398	4.476	83.071
Retiro Velho	5.135	91.899	23.670	957	72.407
Santa Fé	9.890	124.640	26.653	15.220	92.657
São Joaquim	5.033	60.202	16.120	1.461	47.654
São Pedro	6.842	106.882	28.437	717	84.570
São Simão	5.603	86.676	26.366	969	64.944
Total	<u>72.747</u>	<u>1.048.420</u>	<u>302.517</u>	<u>38.249</u>	<u>780.401</u>

Os principais saldos de resultado das controladas indiretas em 2020 e 2019 são apresentados como segue:

30/06/20					
	Receita líquida	Lucro bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	26.116	22.959	22.237	22.248	21.416
Calheiros	13.184	9.732	9.469	9.478	9.061
Caparaó	4.857	3.833	3.795	3.801	3.652
Carangola	11.698	9.088	8.469	8.472	8.104
Funil	26.753	23.231	22.920	22.938	22.086
Irara	21.383	16.930	16.597	16.587	15.896
Jataí	23.978	19.306	18.787	18.825	18.055
Monte Serrat	26.296	22.055	21.916	21.912	21.069
Retiro Velho	20.202	16.536	16.506	16.526	15.883
Santa fé	31.159	26.279	24.519	24.514	23.508
São Joaquim	14.184	11.217	10.699	10.754	10.291
São Pedro	29.689	25.207	24.486	24.513	23.562
São Simão	18.243	14.047	13.662	13.424	12.844
Total	<u>267.742</u>	<u>220.420</u>	<u>214.062</u>	<u>213.992</u>	<u>205.427</u>

30/06/19					
	Receita líquida	Lucro Bruto	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro antes dos impostos	Lucro líquido
Bonfante	13.345	9.887	9.782	9.915	9.441
Calheiros	11.840	8.583	8.304	8.406	7.993
Caparaó	2.602	1.661	1.634	1.668	1.584
Carangola	10.505	8.349	7.676	7.847	7.462
Funil	13.836	10.707	10.423	10.604	10.110
Irara	19.670	15.432	15.119	15.281	14.591
Jataí	22.249	17.579	17.044	17.181	16.426
Monte Serrat	19.120	15.114	14.977	15.037	14.379
Retiro Velho	13.817	9.835	9.576	9.723	9.239
Santa fé	28.453	23.568	21.644	21.746	20.750
São Joaquim	14.438	11.686	11.312	11.494	10.980
São Pedro	19.070	15.305	14.649	14.844	14.167
São Simão	16.393	12.635	12.292	12.474	11.894
Total	<u>205.338</u>	<u>160.341</u>	<u>154.432</u>	<u>156.220</u>	<u>149.016</u>

(c) Dividendos a receber

	Controladora
Saldo em 31 de dezembro de 2018	268.682
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	197.283
Dividendos recebidos	<u>(181.870)</u>
Saldo em 30 de junho de 2019	284.095
Saldo em 31 de dezembro de 2019	289.486
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	143.946
Dividendos recebidos	<u>(140.646)</u>
Saldo em 30 de junho de 2020	<u>292.786</u>

9. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Administração identificou os principais saldos e transações com partes relacionadas, e seus efeitos são assim demonstrados:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
<u>Ativo circulante – outros ativos circulantes</u>				
Bonfante	4	22	-	-
Calheiros	3	16	-	-
Caparaó	1	4	-	-
Carangola	2	10	-	-
Funil	3	18	-	-
Irara	6	29	-	-
Jataí	5	27	-	-
Monte Serrat	5	28	-	-
Retiro Velho	5	25	-	-
Santa Fé	7	32	-	-
São Joaquim	3	14	-	-
São Pedro	5	28	-	-
São Simão	5	27	-	-
Total	<u>54</u>	<u>280</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Ativo circulante - dividendos a receber</u>				
PCHPAR – PCH Participações S.A.	<u>292.786</u>	<u>289.486</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<u>Passivo circulante - fornecedores</u>				
São Joaquim Energia S.A.	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

As práticas e condições das transações com partes relacionadas acima foram praticadas em condições acordadas com as partes. A rubrica de "outros ativos circulantes" refere-se às notas de débito referentes à gastos que são compartilhados entre as empresas do Grupo.

Remuneração da Administração

No semestre findo em 30 de junho de 2020 a remuneração da Administração foi de R\$755 (R\$482 em 30 de junho de 2019).

10. IMOBILIZADO

(a) Composição do imobilizado

	Taxa de Depreciação	Controladora		Consolidado	
		30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
Terrenos	-	-	-	43.176	43.071
Direitos sobre arrendamento	37,8%	958	1.198	957	1.198
Turbina hidráulica	2,50%	-	-	126.592	128.186
Conduto forçado	3,13%	-	-	31.003	31.757
Gerador	3,33%	-	-	73.563	75.036
Comporta	3,33%	-	-	23.115	23.648
Subestação unitária	3,57%	-	-	43.585	45.035
Estrutura de tensão	3,57%	-	-	19.462	20.019
Casa de força produção hidráulica	2,00%	-	-	342.493	347.564
Reservatório, barragem, adutora	2,00%	-	-	246.320	248.558
Outras máquinas e equipamentos	3,65%	72	9	54.556	54.042
Imobilizado em Curso	-	-	-	1.572	857
		<u>1.030</u>	<u>1.207</u>	<u>1.006.394</u>	<u>1.018.971</u>

A depreciação, exceto de móveis e utensílios e computadores e periféricos, é calculada a partir do início das operações das controladas indiretas da Companhia, pelo método linear, às taxas determinadas pela Portaria DNAEE nº 815, de 15 de novembro de 1994, alteradas pelas Resoluções nº 367, de 2 de junho de 2009, 474, de 7 de fevereiro de 2012 e 731 de 23 de agosto de 2016 que, no entendimento da Administração, se aproximam das vidas úteis destes ativos.

A Companhia considera essas taxas apropriadas, uma vez que, conforme avaliação jurídica da legislação em vigor e do que consta na Resolução de autorização para estabelecimento como produtora independente, concedida pela ANEEL, ao final do prazo dessa autorização que é de 30 anos, caso não seja renovada, o valor residual dos bens deverá ser indenizado à Companhia. A prorrogação das concessões e das autorizações de geração de energia hidrelétrica foi regulamentada nos termos do artigo 2º da Lei 12.783/2013, com redação dada pela Lei 13.360/2016, e do Decreto 9.158/2017.

A autorização para exploração do potencial hidrelétrico, no regime de produtora independente de energia elétrica vigorará pelo prazo de trinta anos, podendo ser prorrogada por igual período, conforme Lei 12.783/2013 e Decreto 9.158/2017. Ao final do prazo da respectiva autorização, não havendo prorrogação, os bens e instalações vinculados à produção de energia elétrica passarão a integrar o patrimônio da União mediante indenização dos investimentos realizados, desde que previamente autorizados, e ainda não amortizados, apurada por auditoria da ANEEL, ou poderá ser exigido que a Companhia restabeleça, por sua conta, o livre escoamento das águas.

(b) Movimentação do imobilizado – consolidado

06/2020

	<u>31/12/19</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>30/06/20</u>
<u>Custo</u>					
Terrenos	43.071	105	-	-	43.176
Direitos sobre arrendamento	1.198	124	(365)	-	957
Turbina hidráulica	173.541	228	(1.595)	1.470	173.644
Conduto forçado	48.181	-	(1)	-	48.180
Gerador	115.915	91	(1.888)	694	114.812
Comporta	36.196	28	-	44	36.268
Subestação unitária	75.288	-	(268)	44	75.064
Estrutura de tensão	31.319	-	-	-	31.319
Casa de força produção hidráulica	445.721	613	(2.495)	673	444.512
Reservatório, barragem, adutora	316.510	1.407	(568)	15	317.364
Adiantamento a fornecedores	-	758	-	(758)	-
Outras máquinas e equipamentos	86.461	1.061	(3.204)	3.119	87.437
Imobilizado em curso	857	6.016	-	(5.301)	1.572
	<u>1.374.258</u>	<u>10.431</u>	<u>(10.384)</u>	<u>-</u>	<u>1.374.305</u>
<u>(-) Depreciação</u>					
Turbina hidráulica	(45.355)	(2.169)	472	-	(47.052)
Conduto forçado	(16.424)	(753)	-	-	(17.177)
Gerador	(40.879)	(1.927)	1.557	-	(41.249)
Comporta	(12.548)	(605)	-	-	(13.153)
Subestação unitária	(30.253)	(1.342)	116	-	(31.479)
Estrutura de tensão	(11.300)	(557)	-	-	(11.857)
Casa de força produção hidráulica	(98.157)	(4.345)	483	-	(102.019)
Reservatório, barragem, adutora	(67.952)	(3.103)	11	-	(71.044)
Outras máquinas e equipamentos	(32.419)	(1.619)	1.157	-	(32.881)
	<u>(355.287)</u>	<u>(16.420)</u>	<u>3.796</u>	<u>-</u>	<u>(367.911)</u>
Imobilizado Líquido	<u>1.018.971</u>	<u>(5.989)</u>	<u>(6.588)</u>	<u>-</u>	<u>1.006.394</u>

(*) Transferências entre contas do ativo imobilizado.

06/2019

	<u>31/12/18</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências (*)</u>	<u>30/06/19</u>
<u>Custo</u>					
Terrenos	37.751	3.252	(1.839)	-	39.164
Direitos sobre arrendamento	-	-	-	-	-
Turbina hidráulica	173.256	65	-	-	173.321
Conduto forçado	47.973	97	-	-	48.070
Gerador	113.911	19	-	-	113.930
Comporta	35.970	227	-	-	36.197
Subestação unitária	75.817	-	(2)	-	75.815
Estrutura de tensão	31.332	10	-	-	31.342
Casa de força produção hidráulica	445.926	126	-	-	446.052
Reservatório, barragem, adutora	317.075	192	(112)	556	317.711
Adiantamento a fornecedores	836	1	-	-	837
Outras máquinas e equipamentos	87.045	260	(485)	-	86.820
Imobilizado em curso	301	420	-	(556)	165
	<u>1.367.193</u>	<u>4.669</u>	<u>(2.438)</u>	<u>-</u>	<u>1.369.424</u>
<u>(-) Depreciação</u>					
Turbina hidráulica	(41.024)	(2.163)	-	-	(43.187)
Conduto forçado	(14.920)	(752)	-	-	(15.672)
Gerador	(37.062)	(1.902)	-	-	(38.964)
Comporta	(11.339)	(604)	-	-	(11.943)
Subestação unitária	(27.752)	(1.354)	-	-	(29.106)
Estrutura de tensão	(10.198)	(555)	-	-	(10.753)
Casa de força produção hidráulica	(89.367)	(4.460)	-	-	(93.827)
Reservatório, barragem, adutora	(61.742)	(3.103)	-	-	(64.845)
Outras máquinas e equipamentos	(30.243)	(1.614)	476	-	(31.381)
	<u>(323.647)</u>	<u>(16.507)</u>	<u>476</u>	<u>-</u>	<u>(339.678)</u>
Imobilizado Líquido	<u>1.043.546</u>	<u>(11.838)</u>	<u>(1.962)</u>	<u>-</u>	<u>1.029.746</u>

(*) Transferências entre contas do ativo imobilizado.

11. INTANGÍVEL

(a) Composição do intangível

	<u>Taxa de Amortização</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>30/06/20</u>	<u>31/12/19</u>	<u>30/06/20</u>	<u>31/12/19</u>
Servidões	-	-	-	2.940	2.199
Software	20%	10	12	1.334	901
Medidas compensatórias	10 a 25%	-	-	8.957	9.396
Indenização de terras	-	-	-	1.603	2.227
Legalização de terras	-	-	-	1.612	1.612
		<u>10</u>	<u>12</u>	<u>16.446</u>	<u>16.335</u>

(b) Movimentação do intangível – consolidado

06/2020

	<u>31/12/19</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/20</u>
<u>Custo</u>				
Servidões	2.199	741	-	2.940
Software	1.941	560	-	2.501
Medidas compensatórias	20.693	2.776	(1.251)	22.218
Indenização de terras	2.227	40	(664)	1.603
Legalização de terras	1.612	-	-	1.612
	<u>28.672</u>	<u>4.117</u>	<u>(1.915)</u>	<u>30.874</u>

	<u>31/12/19</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/20</u>
<u>(-) Amortização</u>				
Software	(1.040)	(127)	-	(1.167)
Medidas compensatórias	<u>(11.297)</u>	<u>(1.964)</u>	-	<u>(13.261)</u>
	(12.337)	(2.091)	-	(14.428)
 Intangível líquido	 <u>16.335</u>	 <u>2.026</u>	 <u>(1.915)</u>	 <u>16.446</u>

06/2019

<u>Custo</u>	<u>31/12/18</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/19</u>
Software	1.928	109	-	2.037
Medidas compensatórias	13.463	43	(128)	13.378
Servidões	2.171	4	-	2.175
Indenização de terras	2.314	55	-	2.369
Legalização de terras	<u>1.285</u>	<u>390</u>	-	<u>1.675</u>
	21.161	601	(128)	21.634
 (-) Amortização				
Software	(1.466)	(87)	-	(1.553)
Medidas compensatórias	<u>(8.731)</u>	<u>(1.446)</u>	-	<u>(10.177)</u>
	(10.197)	(1.533)	-	(11.730)
 Total do intangível líquido	 <u>10.964</u>	 <u>(932)</u>	 <u>(128)</u>	 <u>9.904</u>

12. DEBÊNTURES E INSTRUMENTO FINANCEIRO DERIVATIVO
(CONTROLADORA E CONSOLIDADO)

a) Composição das Debêntures

	<u>Quantidade</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>30/06/20</u>	<u>31/12/19</u>
Debêntures - Itaú (CDI + 2,39%)	450.000	1	412.042	440.129
Debêntures - Santander (IPCA+8,2647%)	450.000	1	431.484	457.326
(-) Custo com transação com debêntures			<u>(8.477)</u>	<u>(9.146)</u>
			835.049	888.309
 Passivo circulante			104.188	122.117
Passivo não circulante			730.861	766.192

b) Movimentação das debêntures

	<u>30/06/20</u>	<u>30/06/19</u>
Saldo inicial	888.309	905.612
Encargos provisionados e apropriação de custos de transação	33.075	49.163
Pagamento principal	(55.333)	-
Pagamento de juros e atualização monetária	<u>(31.002)</u>	<u>(43.262)</u>
	835.049	911.513

A Companhia está sujeita a cláusulas restritivas ("covenants"), incluindo entre outros, cumprimentos de determinados indicadores financeiros, garantias reais, restrições quanto à mudança, transferência ou cessão de controle societário, incorporação, fusão ou cisão sem prévia anuência dos credores. As cláusulas restritivas e as garantias estão devidamente divulgadas nas demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2019, as quais não tiveram alterações para o semestre corrente.

No semestre findo em 30 de junho de 2020, a Companhia apresentou índice de ICSD 2,41 (em 30 de junho de 2019 atingiu 3,91), o índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) está em conformidade com as determinações dos contratos de debêntures, ao qual, para todo o período de amortização, o mesmo deverá ser superior ou equivalente a 1,20 apurados nas demonstrações financeiras consolidadas da Brasil PCH, para distribuição de dividendos (anual e/ou intercalares – trimestral ou semestral).

Instrumento financeiro derivativo – SWAP designado como hedge de fluxo de caixa:

Data de vencimento da operação	Valor inicial	Exercício	Saldo banco (passivo - curva IPCA) – curto prazo	Saldo banco (passivo - curva IPCA) – longo prazo	Saldo cliente (Ativo - curva CDI) – curto prazo	Saldo cliente (Ativo - curva CDI) – longo prazo	Ganho (perda) – valor da curva	Ganho (perda) na marcação a mercado Swap - MTM
16/11/2026	450.000	31/12/19	70.326	387.000	53.129	387.000	(17.197)	(64.367)
16/11/2026	450.000	30/06/20	62.483	369.000	43.042	369.000	(19.441)	(66.120)

Para a 1ª Série de Debêntures, a Companhia contratou junto ao Banco Itaú uma operação de "Swap" para igualar as remunerações ao IPCA das Debêntures - 1ª Série (CDI+2,39%) e 2ª série (IPCA + 8,2647%), qualificado como Hedge de fluxo de caixa. Em 30 de junho de 2020, o efeito da marcação a mercado do instrumento financeiro derivativo resultou em uma perda de R\$1.753 (R\$20.070 em 30 de junho 2019), reconhecidas em outros resultados abrangentes.

13. PROVISÕES PARA COMPROMISSOS FUTUROS (CONSOLIDADO)

	31/12/19	Adição	Reversão	Pagamentos	Atualização Financeira	30/06/20
Compromissos socioambientais (a)	14.113	1.379	(518)	(141)	78	14.911
Provisão para medidas compensatórias (b)	12.265	2.777	(1.251)	(1.386)	125	12.530
Provisão para legalização de terras (c)	1.613	-	-	-	-	1.613
Provisão para indenizações de terras (d)	13.257	141	(664)	-	-	12.734
Total	41.248	4.297	(2.433)	(1.527)	203	41.788
Passivo circulante	4.377					1.936
Passivo não circulante	36.871					39.852

- (a) Provisão para compromissos socioambientais: quando da implantação das PCHs, foi enviado para os órgãos ambientais o Plano Ambiental de Conservação e Uso do Entorno de Reservatório Artificial ("PACUERA"), que prevê área total a ser reflorestada pela Companhia. Para cumprir as exigências do PACUERA, a Companhia precisa ainda adquirir, aproximadamente, 385,63 hectares de terras. Adicionalmente, a Companhia ainda precisa realizar o reflorestamento em, aproximadamente, 495,97 hectares. Os PACUERA de algumas centrais ainda estão em processo de aprovação por parte dos agentes licenciadores competentes.
- (b) Provisão para medidas compensatórias: todas as PCHs da Brasil PCH possuem as licenças de operação obtidas junto ao respectivo órgão ambiental, sendo que todas estão válidas e em vigor. Para obtenção da licença de operação, é necessária a realização de programas ambientais, tais como, programa de educação ambiental, monitoramento de fauna terrestre, monitoramento de fauna, proteção e manutenção de área de preservação, monitoramento de limnologia e qualidade da água, dentre outros, cujos custos estimados pela Companhia estão registrados nesta rubrica.
- (c) Provisão para legalização de terras: a Companhia possui contratos particulares de compra e venda de imóveis próprios e de servidão em imóveis de terceiros, cujos registros de propriedade definitiva e de averbação, no Registro Geral Imóveis ainda precisam ser regularizadas.
- (d) Provisão para indenização de terras: para realizar a construção da PCH, foi necessária a aquisição por parte da Companhia de terras e servidões. No entanto, existem casos em que as partes envolvidas não chegaram à uma conciliação e, por isso, entraram em discussão judicial.

14. RECEITA DIFERIDA (CONSOLIDADO)

(a) Composição da receita diferida

	<u>30/06/20</u>	<u>31/12/19</u>
Exposição ao MRE 2019 (a)	8.407	11.976
Revisão de garantia física (b)	-	39.270
Total	<u>8.407</u>	<u>51.246</u>

(b) Movimentação da receita diferida

	<u>31/12/19</u>	<u>Constituição e atualização</u>	<u>Reversão</u>	<u>Realização</u>	<u>30/06/20</u>
Exposição ao MRE (a)	11.976	2.416	-	(5.985)	8.407
Revisão de garantia física (b)	39.270	5.141	(44.411)	-	-
	<u>51.246</u>	<u>7.557</u>	<u>(44.411)</u>	<u>(5.985)</u>	<u>8.407</u>

(a) Exposição ao MRE – 2019 - vide maiores detalhes nas notas explicativas nº 1.1 e nº 1.2.

(b) Reversão de garantia física - vide maiores detalhes na nota explicativa nº 1.3.

15. PROVISÃO PARA RISCOS (CONSOLIDADO)

A Companhia e as suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, as quais envolvem questões tributárias, cíveis, trabalhistas e regulatórias.

Em 30 de junho de 2020, o saldo da provisão consolidada para riscos trabalhistas, tributários, ambientais e cíveis era de R\$3.404, (R\$3.596 em 31 de dezembro de 2019). A variação das provisões para riscos no exercício está apresentada conforme movimentação a seguir:

	<u>31/12/19</u>	<u>Constituição</u>	<u>Baixas</u>	<u>30/06/20</u>
Trabalhista	245	12	(10)	247
Regulatório	418	-	(44)	374
Tributário	2.519	175	-	2.694
Cíveis	414	22	(347)	89
Total	<u>3.596</u>	<u>209</u>	<u>(401)</u>	<u>3.404</u>

A Companhia e suas controladas possuem outros riscos relativos a questões trabalhistas, cíveis e ambientais, avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, nos montantes indicados abaixo, para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/20</u>	<u>31/12/19</u>
Trabalhistas (a)	539	655
Cíveis (b)	3.086	3.085
Ambientais (c)	1.019	678
Tributário (d)	981	-
	<u>5.625</u>	<u>4.418</u>

- (a) As ações trabalhistas da Companhia referem-se, substancialmente, à discussão de responsabilidade subsidiária ao pagamento de verbas trabalhistas aos empregados de empresa terceira (terceirização de mão-de-obra). Destaca-se, ainda, no âmbito trabalhista, por ser relevante o pedido apresentado, uma ação de indenização em que se discute repercussões decorrentes de acidente do trabalho.
- (b) Existe ação de indenização, no valor de R\$2.618, em que se discute o pagamento de indenizações por uso de área e reparação de danos a pescadores. As demais ações da Companhia estão relacionadas ao pagamento de valores decorrentes de contratos celebrados com fornecedores de serviços e produtos.
- (c) São ações ambientais, cujo réus são as controladas da Companhia, e discutem principalmente, irregularidades ambientais pelo não atendimento a determinada condicionante da Licença de Operação e indenização por prejuízo com "Lavra Areia".
- (d) Valores que se referem a discussões tributárias, a saber: ação declaratória de discussão sobre o diferencial de alíquota de ICMS na aquisição de bens e ação anulatória sobre restituição de ICMS indevidamente recolhido sobre Tarifa Uso Sistema - TUSD.

16. PROVISÃO PARA CONTRATO ONEROSO

Em 4 de dezembro de 2014, a Brasil PCH e o BTG Pactual firmaram Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica Convencional de 15 MW médios mensais durante o período de janeiro de 2015 a dezembro de 2021. A Companhia identificou este contrato como sendo oneroso em função dos preços de compra de energia contratados serem maiores do que o preço de venda energia que a Companhia tem expectativa de obter no mercado.

Atualmente, a Companhia realiza a estimativa do contrato oneroso com base no valor da energia divulgado pela curva Dcide, referência no mercado quanto ao preço da energia. A provisão é constituída considerando os fluxos de caixa estimados do contrato e, posteriormente, é ajustada a valor presente utilizando a taxa de mercado SELIC.

Apresentamos abaixo a movimentação ocorrida para o exercício de 2020:

	<u>31/12/19</u>	<u>Provisão</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>30/06/20</u>
Contrato compra de energia	25.535	7.397	(5.348)	27.584
Passivo circulante	11.624			16.964
Passivo não circulante	13.911			10.620

Com base nas premissas acima elencadas, a Companhia possui a estimativa de desembolso futuro conforme abaixo demonstrado:

<u>Ano</u>	<u>Valor</u>
2º semestre de 2020	5.419
2021	20.394
2022	1.771
Total	<u>27.584</u>

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

Em 30 de junho de 2020 e em 31 de dezembro de 2019, o capital social subscrito e integralizado é de R\$109.032 e está representado por 94.187.831 ações ordinárias, conforme demonstrado a seguir:

Acionista	Quantidade de ações ON	%
Chiple SP Participações S.A.	48.035.794	51,00
Eletroriver S.A.	32.306.426	34,30
BSB Energética S.A.	13.845.611	14,70
Total	<u>94.187.831</u>	<u>100,00</u>

(b) Reservas

Reserva legal

Constituída à razão de 5% do lucro líquido do exercício, antes de qualquer outra destinação, a qual não excederá 20% do capital social. A Companhia não vem constituindo reserva legal, uma vez, que atingiu, em exercícios anteriores, o limite de 20% do capital social estabelecido pela legislação societária.

Reservas de lucros

A reserva representa o lucro líquido não distribuído após constituição da reserva legal, cálculo dos dividendos obrigatórios e adicionais, conforme previsto art. 202 § 5 Lei 6.404, e deverá ser paga como dividendo assim que permitir a situação financeira da Companhia. Conforme estatuto estes valores aguardam deliberação em Assembleia para sua destinação.

(c) Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Em 10 de março de 2020, foi aprovado em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária (AGO/AGE) a totalidade dos dividendos adicionais propostos no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Dividendos a pagar

	Controladora e consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	17.999
Dividendos distribuídos	53.998
Dividendos pagos	<u>(71.997)</u>
Saldo em 30 de junho de 2019	-
Saldo em 31 de dezembro de 2019	-
Dividendos adicionais aprovados e dividendos obrigatórios	102.944
Dividendos pagos	<u>(102.944)</u>
Saldo em 30 de junho de 2020	-

(d) Ajuste de avaliação patrimonial: Representando pelos ganhos ou perdas acumuladas dos instrumentos de *hedge* de fluxo de caixa considerados efetivos (vide na nota explicativa nº 12).

(e) Proposição de Dividendos

A Companhia realizou a proposição de dividendos intermediários no montante de R\$157.193 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2020 - (R\$97.353 referente ao resultado do período findo em 30 de junho de 2019), a ser aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária - AGE.

18. RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS

	<u>30/06/20</u>	<u>30/06/19</u>
Receita Bruta:		
Venda de energia elétrica	232.988	226.004
Ajustes:		
Ajuste de Tarifa de Energia de Otimização (TEO)	5.627	(8.127)
Revisão de garantia física	<u>39.270</u>	<u>(4.760)</u>
	<u>277.885</u>	<u>213.117</u>
Deduções à receita bruta:		
PIS e COFINS corrente	(8.504)	(8.249)
PIS e COFINS diferido	<u>(1.639)</u>	<u>470</u>
	<u>(10.143)</u>	<u>(7.779)</u>
Receita líquida de vendas	<u><u>267.742</u></u>	<u><u>205.338</u></u>

19. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30/06/20</u>	<u>30/06/19</u>	<u>30/06/20</u>	<u>30/06/19</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros, penalidades e atualizações sobre dívidas financeiras	(32.407)	(48.494)	(32.407)	(48.494)
Custos de transação de debêntures	(669)	(669)	(669)	(669)
Instrumentos financeiros derivativos	(7.603)	(11.794)	(7.603)	(11.794)
Outras despesas financeiras	<u>(142)</u>	<u>(62)</u>	<u>(845)</u>	<u>(618)</u>
Total	<u>(40.821)</u>	<u>(61.019)</u>	<u>(41.524)</u>	<u>(61.575)</u>
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos de aplicações financeiras	1.583	3.540	1.990	5.711
PIS e COFINS s/ receita financeira	(79)	(180)	(79)	(180)
Atualização de depósito judicial	-	-	63	171
Atualização de ativos vinculados	-	114	-	114
Instrumentos financeiros derivativos	-	1.478	-	1.478
Outras receitas financeiras	<u>118</u>	<u>210</u>	<u>122</u>	<u>235</u>
Total	<u>1.622</u>	<u>5.162</u>	<u>2.096</u>	<u>7.529</u>
Total	<u><u>(39.199)</u></u>	<u><u>(55.857)</u></u>	<u><u>(39.428)</u></u>	<u><u>(54.046)</u></u>

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia calculou o imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro líquido com base no regime do lucro real. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	30/06/19	30/06/20	30/06/19
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	157.193	97.353	165.762	104.557
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	(53.445)	(33.100)	(56.360)	(35.549)
Exclusões (adições) permanentes:				
Efeitos das controladas optantes pelo lucro presumido	-	-	81.245	60.317
Efeitos de equivalência patrimonial	69.761	50.664	-	-
Crédito não constituído	(16.316)	(17.564)	(16.316)	(17.564)
Efeito de imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	8.569	(7.204)
Correntes	-	-	(7.186)	(5.718)
Diferidos	-	-	(1.383)	(1.486)

A Controladora possui prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, no montante aproximado de R\$1.058.049 em 30 de junho de 2020 (R\$990.000 em 31 de dezembro de 2019). Em função de não haver expectativa futura de geração de base tributária, a recuperação desses créditos fiscais é remota, motivo pelo qual não foram constituídos créditos fiscais diferidos sobre tais valores.

O ativo fiscal diferido do consolidado é composto como segue:

<u>Ativo fiscal diferido</u>	<u>30/06/20</u>	<u>31/12/19</u>
PIS e COFINS diferidos	236	1.875
IRPJ e CSLL diferidos	200	1.582
Total	<u>436</u>	<u>3.457</u>

Os impostos diferidos foram constituídos em função das diferenças temporárias entre a energia gerada e efetivamente faturada. Esses impostos diferidos foram calculados utilizando as alíquotas com base no lucro presumido.

21. INSTRUMENTO FINANCEIROS

Os valores contábeis apresentados como ativos e passivos financeiros são assim demonstrados por categoria:

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
<u>Ativos financeiros</u>				
Mensurados ao custo amortizado:				
Caixa e equivalentes de caixa	62.571	-	74.635	8
Aplicações financeiras	16.020	134.978	59.644	155.550
Contas a receber	-	-	50.577	36.664
Depósitos judiciais	1.972	1.866	11.685	12.449
Outros ativos	73	300	2.196	117

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	31/12/19	30/06/20	31/12/19
<u>Passivos financeiros</u>				
Outros passivos mensurados ao custo amortizado:				
Fornecedores	71	291	1.507	795
Debêntures	835.049	888.309	835.049	888.309
Outros passivos	-	-	4	1
Mensurados pelo valor justo:				
Instrumentos financeiros derivativos (nível 2)	85.561	81.564	85.561	81.564

A administração dos instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas frente as vigentes no mercado.

Os valores justos são calculados projetando-se os fluxos futuros das operações com base na projeção das curvas de taxa de juros. Os mesmos são trazidos a valor presente utilizando os dados indicativos de preços e taxas de referência disponíveis no mercado em 30 de junho de 2020.

	30/06/2020
Debêntures 1º Série - CDI + 2,39%	531.086
Debêntures 2º Série - IPCA + 8,2647%	445.308
	<u>976.394</u>

A Companhia está exposta a riscos relacionados a taxas de juros em função da transação com debêntures na Controladora (CDI e IPCA).

Em conformidade com o CPC 40 - Instrumentos Financeiros, é apresentado a seguir o quadro de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de exposição a riscos de taxas de juros da Companhia, objetivando evidenciar um eventual desembolso futuro, de acordo com as premissas detalhadas.

Na data de encerramento do semestre, a Administração estimou o cenário I de variação das taxas de juros CDI (3,75%) e IPCA (3,5899%) no horizonte de 12 meses, ou seja, até 30 de junho de 2021. Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários II e III, respectivamente.

Consolidado

Operação	Exposição 30/06/20	Risco	Impacto	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicação financeira	59.644	Diminuição do CDI	Resultado	2.237	1.677	1.118
Debêntures - Itaú	(412.043)	Aumento do CDI + 2,39	Resultado	(48.846)	(61.058)	(73.369)
Debêntures - Santander	(431.484)	Aumento do IPCA + 8,2647	Resultado	(51.151)	(63.938)	(76.726)

Hierarquia do valor justo

A Companhia estabelece uma hierarquia de três níveis para o valor justo, a qual prioriza as informações quando da mensuração do valor justo pela Companhia e por suas controladas, para maximizar o uso de informações observáveis e minimizar o uso de informações não-observáveis.

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, onde os preços cotados (não ajustados) são para ativos e passivos similares, em mercados não ativos, ou outras informações que estão disponíveis ou que podem ser corroboradas pelas informações observadas no mercado para substancialmente a integralidade dos termos dos ativos e passivos.
- Nível 3 - Informações indisponíveis em função de pequena ou nenhuma atividade de mercado e que são significantes para definição do valor justo dos ativos e passivos.

Para o período de seis meses findo em 30 de junho de 2020 não houve transferência entre avaliação de valor justo nível 1 e nível 2 nem entre nível 2 e nível 3.

22. COBERTURA DE SEGURO

Seguro Directors & Officers (D&O)

A Companhia renovou, para ela e suas controladas (direta e indiretas), a cobertura de seguro para pagamento e/ou reembolso das quantias devidas ou a pagar a terceiros a título de reparação de danos, estipuladas por tribunal cível ou por acordo aprovado pela seguradora, com vigência até 14 de junho de 2021 e cobertura manteve o montante de R\$50.000, considerado suficiente para cobrir eventuais sinistros.

Seguro de responsabilidade civil

As 13 PCHs, controladas indiretas da Companhia, renovaram o seguro com aumento de cobertura no valor de R\$60.000, para R\$80.000, com vigência até 28 de abril de 2021 para indenizações por danos civis, em sentença judicial transitada em julgado ou em acordo autorizado pela seguradora, de risco de poluição e/ou contaminação ambiental (súbita e acidental), danos corporais e/ou materiais sofridos por terceiros, danos morais diretamente decorrentes de danos materiais e/ou corporais causados a terceiros, considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de suas atividades.

Seguro de operação

Em 27 de junho de 2020, com vigência até 27 de junho de 2021, as controladas indiretas, renovaram a cobertura de seguro para riscos operacionais sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras no montante de R\$2.047.802, lucros cessantes no montante de R\$491.988, linha transmissão R\$119.613 e Barragens R\$718.382, considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

A avaliação da Administração quanto à adequação das coberturas dos seguros da Companhia e suas controladas não foi revisada pelos auditores independentes.

23. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/06/20	30/06/19	30/06/20	30/06/19
Reversão da provisão para contratos de arrendamento em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	365	-	365	-
Adição da provisão para contratos de arrendamento em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	124	-	124	-
Reversão da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	441	2.433	2.082
Adição da provisão para compromissos futuros em contrapartida às rubricas de ativo imobilizado e ativo intangível	-	1.874	4.297	3.341
Reversão de depósitos judiciais em contrapartida à rubrica de ativo imobilizado e intangível	-	-	741	-
Reversão no custo sobre aquisição de ativo imobilizado	-	-	20	-
Aquisição de imobilizado e intangível em contrapartida à rubrica de impostos	-	-	84	-
Aquisição de imobilizado em contrapartida a rubrica de fornecedores	-	-	598	-
Constituição de dividendos adicionais aprovadas e dividendos mínimos obrigatórios a pagar	102.944	-	102.944	-
Constituição de dividendos adicionais aprovadas e dividendos mínimos obrigatórios a receber	143.946	234.809	-	53.998

24. AUTORIZAÇÃO PARA EMISSÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

A emissão das informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 31 de julho de 2020.

Composição do Conselho de Administração

Marcelo Jose Milliet –
Presidente

Paulo Celso Guerra Lage –
Conselheiro

Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar –
Conselheiro

Antônio Walter dos Santos Pinheiro Filho -
Conselheiro

Composição da Diretoria

Márcio Barata Diniz –
Diretor Presidente

Rodrigo Caldas de Toledo Aguiar –
Diretor

Contador

Maria de Lourdes Moraes de Aguiar
CRC MG - 078189/0-5